



HOSPITAL ESTADUAL MATERNO-INFANTIL DR. JURANDIR DO NASCIMENTO - HMI

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	NE	2017	2016
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.481	8.709
Contas a receber	4	19.225	22.903
Estoques	5	636	838
Outras contas a receber		657	615
Total do ativo circulante		28.999	33.065
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	6	2.376	3.226
Depósitos judiciais	7	-	73
Imobilizado	8	-	4.075
Intangível	8	-	303
Total do ativo não circulante		2.376	7.677
Total do ativo		31.375	40.742

Passivo

	NE	2017	2016
Passivo circulante			
Fornecedores	9	9.069	7.779
	10	4.938	5.311
Obrigações sociais e trabalhistas			
Obrigações fiscais	11	502	1.036
Outras obrigações	12	39	8.968
Partes relacionadas	6	463	735
Provisão para contingências	15	252	252
Total do passivo circulante		15.263	24.081
Passivo não circulante			
Outras obrigações	12	-	4.379
Provisões para rescisões trabalhistas	13	-	1.997
Provisão para encargos trabalhistas INSS - Cebas	14	16.112	10.285
Total do passivo não circulante		16.112	16.661
Total do passivo		31.375	40.742

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Das atividades operacionais		
(Déficit) do exercício	(10.588)	(5.540)
Ajustes para reconciliar o (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	20	322
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	4.411	-
Provisão para rescisões trabalhistas	(1.997)	(1.442)
Provisão para encargo INSS - Cebas	5.827	6.612
	(2.327)	(48)
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos		
Contas a receber	14.266	5.930
Estoques	202	231
Outras contas a receber	(42)	814
Partes relacionadas	578	1.033
Depósitos judiciais	73	(73)
Fornecedores	1.290	(1.643)
Obrigações sociais e trabalhistas	(373)	625
Obrigações fiscais	(534)	(373)
Outras obrigações	(13.308)	56
Caixa	(175)	6.552
Das atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(53)	(371)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(53)	(371)
(Diminuição)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(228)	(6.181)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	8.709	2.528
No final do exercício	8.481	8.709
(Diminuição)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(228)	6.181

Demonstrações do superávit (déficit)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	NE	2017	2016
Receita de serviços		102.708	87.939
Custo dos serviços prestados	16	(100.504)	(81.338)
Superávit bruto		2.204	6.601
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(12.814)	(11.990)
Receitas financeiras		398	378
Despesas financeiras		(376)	(529)
(Déficit) do exercício		(10.588)	(5.540)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



HOSPITAL ESTADUAL MATERNO-INFANTIL DR. JURANDIR DO NASCIMENTO - HMI

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 03 de setembro de 2012 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Perimetral, nº 1722, quadra 37, lote 74, sala 101, Setor Coimbra, com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0002-14. Esta filial tem como finalidade precípua a gestão do hospital público vinculado à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás – SES/GO, denominado Hospital Materno Infantil – HMI, conforme Contrato de Gestão N° 131/2012-SES-GO, assinado em 29 de junho de 2012, com objetivo de consolidar a identidade e a imagem do HMI como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do SUS em sua região, comprometido com sua missão de assistência, sendo executado de forma a garantir a eficiência, eficácia e efetividade e garantindo o atendimento exclusivo aos usuários do SUS no estabelecimento de saúde cujo uso nos fora permitido.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 51.168, o qual vem sendo renovado anualmente.

O sexto termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por doze meses, com início em 29 de junho de 2017 e término em 28 de junho de 2018, com o valor global estimado em R\$ 117.800.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como perda patrimonial os déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 15 de abril de 2015 o IGH teve deferido seu pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção do certificado o Instituto e, conseqüentemente, os contratos sob a sua gestão foram beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016, abrangem apenas as operações do Hospital Materno Infantil - HMI sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares. Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 03 de abril de 2018.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

Conforme definido no contrato com a SES/GO essa operação não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora. Dessa forma, os déficits acumulados não foram reconhecidos como perda patrimonial na expectativa de que serão reembolsados.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.9. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do superávit (déficit) do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores correspondentes à isenção previdenciária não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde goza do benefício da sua isenção.

2.10. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.11. Reconhecimento de receitas e custos – apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação do HMI não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	7.319	5.207
Aplicações financeiras	1.162	3.502
	8.481	8.709

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplica-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

4. Contas a receber

	2017	2016
Repasso de custeio (i)	6.744	5.235
Repasso de ressarcimento (ii)	7.039	7.039
Direito de execução de contrato (ii)	5.442	10.629
	19.225	22.903

(i) Refere-se ao valor dos repasses mensais dos contratos de gestão ainda não recebidos do órgão público contratante.

(ii) Representa os déficits apurados nas operações dos contratos de gestão quando já negociados e reconhecidos em acordos específicos com o órgão público contratante. Através deste crédito é reconhecido o direito de a Entidade receber por serviços executados em volume e/ou valor maior do que o efetivamente contratado.

(iii) Representa os déficits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos ou cujas negociações ainda não foram efetivadas até 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está assim demonstrada:

	Repasso de custeio	Repasso de ressarcimento	Direito de execução de contrato	Total
Saldo inicial	5.235	7.039	10.629	22.903
Faturamento	105.225	-	(2.517)	102.708
Glosa/custos ou despesas c/folha SES	(27.639)	-	-	(27.639)
Recebimento de recursos	(77.386)	-	-	(77.386)
Apuração de resultado	(6.925)	-	17.513	10.588
Ajuste de repasse de custeio	875	-	(875)	-
Ajuste de contas a receber	7.359	-	(7.359)	-
Baixa do saldo - Suspensão glosas – folha SES	-	-	(8.942)	(8.942)
Baixa do saldo – Diversos	-	-	(3.007)	(3.007)
Saldo final	6.744	7.039	5.442	19.225



5. Estoques		2017	2016
Medicamentos		220	331
Material médico hospitalar		273	352
Materiais de limpeza		21	16
Dietas enterais e parenterais		14	23
Materiais diversos e outros		108	116
		636	838

6. Partes relacionadas		2017	2016
Ativo			
Maternidade Nossa Senhor de Lourdes – MNSL		2.376	2.617
Hospital de Urgência de Aparecida de Goiânia – HUAPA		-	609
		2.376	3.226
Passivo			
Hospital de Urgência de Aparecida de Goiânia – HUAPA		463	463
Maternidade Nossa Senhor de Lourdes – MNSL		-	272
		463	735

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais a operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

7. **Depósitos judiciais**
Em 31 de dezembro de 2016 os saldos apresentados em depósitos judiciais representavam os valores correspondentes ao PIS sobre folha de pagamento das competências de maio a julho de 2016. A Administração da Entidade parou de efetuar os recolhimentos por estar pleiteando na esfera judicial o benefício da isenção tributária da Contribuição Social, garantida as Entidades Portadora do Certificado das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Durante o exercício de 2017 os valores depositados em juízo foram baixados contabilmente.

8. Imobilizado e Intangível		2017	2016
Imobilizado			
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	2.501
Máquinas e equipamentos		-	723
Móveis e utensílios		-	506
Equipamentos de informática		-	130
Obras em andamento		-	1.314
		-	5.174
Depreciação acumulada		-	(1.099)
		-	4.075
Intangível			
Software e programas		-	341
		-	341
Amortização acumulada		-	(38)
		-	303

Os valores contabilizados como ativo imobilizado/intangível foram baixados em contrapartida da conta de subvenção a apropriar, no passivo não circulante. As aquisições de imobilizado/intangível com recursos do contrato devem incorporadas ao patrimônio do Estado de Goiás quando da finalização do Contrato de Gestão.

Adicionalmente, SES-GO cedeu, temporariamente, todos os ativos que se encontravam no Hospital Materno Infantil – HMI para que o IGH dê continuidade na gestão/operacionanlização do mesmo. Quando cedidos, foi apresentada pela SES-GO a relação de cada ativo existente por meio de controle patrimonial. Os ativos cedidos pela SES-GO estão controlados contabilmente em contas específicas de compensação, por valor simbólico.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.501	-	(2.501)	-
Máquinas e equipamentos	723	42	(765)	-
Móveis e utensílios	506	7	(513)	-
Equipamentos de informática	130	-	(130)	-
Obras em andamento	1.314	3	(1.317)	-
	5.174	52	(5.226)	-
Depreciação acumulada	(1.099)	(19)	1.118	-
	4.075	33	(4.108)	-

A movimentação do ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Software e programas	341	1	(342)	-
	341	1	(342)	-
Amortização acumulada	(38)	(1)	39	-
	303	-	(303)	-

9. **Fornecedores**

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional do HMI, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	2017	2016
Provisões para férias	2.792	2.651
Salários e ordenados	1.519	1.391
INSS a recolher	158	589
Encargos sobre férias	223	239
FGTS a recolher	161	146
PIS s/ folha de pagamento	-	136
FGTS 13º salário	72	68
Contribuição sindical	2	3
Outras	11	88
	4.938	5.311

11. Obrigações fiscais

	2017	2016
IR a recolher s/ folha de pagamento	238	613
PIS/COFINS/CSLL a recolher	79	139
INSS a recolher – PJ	83	133
ISS a recolher	80	106
IRPF a recolher	22	45
	502	1.036

12. Outras obrigações

	2017	2016
Suspensão glosas – folha SES (a)	-	8.942
Repasses de Recursos Retidos a Exec (b)		4.379
Outros	39	26
	39	13.347
Circulante	39	8.968
Não circulante	-	4.379
	39	13.347

(a) Conforme previsto no contrato de gestão, os custos com os funcionários cedidos pela SES-GO, devem ser deduzidos do valor mensal a ser repassado para a Entidade. Entretanto, devido ao desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da manutenção das operações do HMI, a SES-GO deixou de efetuar a dedução destes custos em determinados meses durante o exercício de 2014, como forma de viabilizar as operações do HMI. Como estes valores não serão mais deduzidos do valor a ser repassado, no exercício de 2017 esse saldo foi revertido para a conta de Direito de Execução de Contrato, vide nota explicativa nº4.

(b) Referem-se à contrapartida de recursos aplicados em itens do ativo imobilizado/intangível que são apropriados ao resultado à medida que os ativos adquiridos são realizados através da depreciação, baixa ou transferência destes ativos. O saldo existente em 31 de dezembro de 2017 foi baixado, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

13. Provisão para rescisões trabalhistas

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

No exercício de 2017 esse saldo foi revertido para a conta de Direito de Execução de Contrato, considerando que essas verbas rescisórias passarão a ser responsabilidade da SES-GO.

14. Provisão para encargo INSS - Cebas

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização – IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso). O IGH obteve o seu Certificado – CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhe-los, até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde. Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram a seguinte:

	2017	2016
Saldo inicial	10.285	3.673
Provisão INSS - CEBAS	6.360	6.612
Reversão de provisão (i)	(533)	-
Saldo final	16.112	10.285

(i) Os valores de provisão recalculados e parte do saldo foi revertido para a conta de Direito de Execução de Contrato, vide nota explicativa nº4.

15. Provisão para contingências

A Entidade figura como ré em algumas demandas judiciais de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para contingências avaliada pela Administração corresponde a R\$ 252, registrada no passivo não circulante. A Entidade possui ainda processos de natureza trabalhistas classificados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Possível" no montante de R\$ 1.571.

16. Custo dos serviços prestados

	2017	2016
Medicamentos e materiais (a)	(7.381)	(11.156)
Pessoal (b)	(61.861)	(45.762)
Serviços prestados (c)	(31.262)	(24.420)
	(100.504)	(81.338)

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	2017	2016
Medicamentos	(1.908)	(2.538)
Materiais hospitalares	(3.129)	(3.160)
Gases hospitalares	(256)	(278)
Materiais de laboratório	(66)	(73)
Materiais de odontologia	(34)	(21)
Órteses e Próteses	(38)	(9)
Dietas enterais	(125)	(205)
Dietas parenterais	(792)	(467)
Materiais de uso e consumo	(1.033)	(4.405)
	(7.381)	(11.156)

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	2017	2016
Salários e ordenados	(16.892)	(16.156)
13º salário	(1.873)	(1.695)
Férias	(2.634)	(1.838)
Rescisões	(430)	(203)
Prêmios e gratificações	(450)	(540)
Horas extras	(766)	(844)
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(27.639)	(13.505)
Adicionais	(2.328)	(2.144)
Vale transporte	(390)	(374)
FGTS	(2.374)	(2.120)
INSS - CEBAS (ii)	(6.359)	(6.612)
OUTROS	274	269
	(61.861)	(45.762)

(i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal do HMI, e também foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/HMI, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços no HMI e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.

(ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide nota explicativa nº 14.

(c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	2017	2016
Honorários médicos	(14.452)	(13.629)
Serviço de limpeza e higienização	(4.094)	(3.742)
Serviço de lavanderia	(116)	-
Serviço de segurança patrimonial	(2.694)	(1.812)
Serviço de laboratório e radioter	(2.525)	(2.619)
Serviço de nutrição	(6.211)	(1.407)
Serviço de engenharia clínica	(1.170)	(1.211)
	(31.262)	(24.420)

17. Despesas administrativas

	2017	2016
Serviços de manutenção	(3.281)	(3.049)
Serviços de processamento de dados	(429)	(478)
Serviços gerais	(2.534)	(2.027)
Aluguéis imóveis	(2.451)	(2.246)
Aluguéis gerais	(2.258)	(1.279)
Impostos e taxas	(84)	(53)
Serviços gerais	(1.684)	(2.536)
Depreciação e amortização	(93)	(322)
	(12.814)	(11.990)

18. Seguros

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos do HMI, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Lucas Silva Carvalho
Contador CRC BA 033770/O

Joel Sobral de Andrade
Presidente

Protocolo 78142